



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



CORREGEDORIA REGIONAL

ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA
2ª VARA DO TRABALHO DE ARAÇATUBA

Aos 2 dias do mês de julho de 2013, o Excelentíssimo Senhor Desembargador do Trabalho **EDUARDO BENEDITO DE OLIVEIRA ZANELLA**, Corregedor Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na unidade, conforme Edital CR nº 3/2013, divulgado em 17/5/2013 no DEJT (Edição 1.227/2013 – Caderno do TRT da 15ª Região – página 2). Presente a Juíza Titular da Vara do Trabalho, **ALCIONE MARIA DOS SANTOS COSTA GONÇALVES**. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho, nos autos de processos analisados e nos dados dos sistemas processuais SAPIG e e-Gestão, apurou-se, no período de 11/5/2012 a 2/7/2013, o seguinte:

1 – ESTRUTURA FUNCIONAL:

(fonte: Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	DESDE
ALCIONE MARIA DOS SANTOS COSTA GONCALVES	28/11/2011

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO	SUBSTITUTO
25 e 26/7/2012	Licença – saúde	VANESSA MARIA SAMPAIO LOPES VILLANOVA
15/8 a 13/9/2012	Férias	VANESSA MARIA SAMPAIO LOPES VILLANOVA
1º/10/2012	Compensação – férias	VANESSA MARIA SAMPAIO LOPES VILLANOVA
19/11 a 18/12/2012	Férias	SUZELINE LONGHI NUNES DE OLIVEIRA
11/3/2013	Escola Judicial – dedicação exclusiva ao PJE	Sem substituto
12 e 13/3/2013	VT Piedade – dedicação exclusiva ao PJE	Sem substituto
14/3/2013	Compensação – férias	Sem substituto

2 – JUIZ(ES) AUXILIAR(ES) – 11/5/2012 a 2/7/2013:

a) com portaria para atuar na unidade:

(fonte: Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
VANESSA MARIA SAMPAIO LOPES VILLANOVA	23 a 27/5/2012 designação móvel 28 e 29/5/2012 – designação fixa integral 30 a 31/5/2012 - designação móvel 20 a 24/6/2012 – designação móvel 14 a 16/9/2012 – designação móvel 26/10 a 6/11/2012 – designação móvel
SUZELINE LONGHI NUNES DE OLIVEIRA	19/12/2012 – designação fixa integral



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



CORREGEDORIA REGIONAL

SIDNEY XAVIER ROVIDA	11 a 18/3/2013 – designação fixa integral 19/3/2013 – designação fixa integral 20/3 a 3/4/2013 – designação móvel
ARTHUR ALBERTIN NETO	12 a 26/6/2013 – designação móvel

Afastamentos: não houve.

NOME	PERÍODO
ROSANA NUBIATO LEÃO	A partir de 10/4/2013 – designação fixa integral

Obs.: Auxílio compartilhado com 1ª e 3ª Varas.

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO	SUBSTITUTO
6 e 7/6/2013	Escola Judicial – dedicação exclusiva ao PJE	Sem substituto
17 e 18/6/2013	VT Taquaritinga – dedicação exclusiva ao PJE	Sem substituto

b) sem portaria específica, com vinculação:

(fonte: SAP 1G)

NOME
ANTÔNIO CARLOS CAVALCANTE DE OLIVEIRA
SANDRO VALERIO BODO

3 – QUADRO DE SERVIDORES (18/6/2013):

a) Lotação:

(fonte: Coordenadoria de Provisão e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
ANGELA MARIA PEREIRA MOREIRA	TJA	–	6/6/1997
ISABEL DE LOURDES ZEQUIN MENQUES	TJA	CJ-3 – diretora de secretaria	10/11/1989
KARINA CARANI VIEIRA NARDO	REQ	FC-2 – assistente	8/6/2001
LUIZ ANTONIO ALBERTINI	TJA	–	6/6/1997
NEIDE YAEKO NAKAZA	TJA	FC-4 – secretária de audiência	6/6/1997
PAULO CESAR REGINO DE OLIVEIRA	AJA	–	9/3/2011
PEDRO ALEIXO FILHO	AJJ	FC-5 – assistente de diretor de secretaria	28/2/2000
RENATO HENRIQUE CORAZZA LUCIANO	TJA	FC-4 – calculista	6/6/1997
RODRIGO PIRES RISTER	AJA	FC-5 – assistente de juiz	13/7/2010
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			8
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			1
LOTAÇÃO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 63 DO CSJT			9-10
LOTAÇÃO IDEAL (DELTA – TRT15ª REGIÃO)			8

AJA – Analista Judiciário – área administrativa

REQ – Requisitado de Município

TJA – Técnico Judiciário – área administrativa



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



CORREGEDORIA REGIONAL

b) Ausências, exceto férias – 11/5/2012 a 31/5/2013;

(fonte: Serviço de Registros Funcionais e Frequência)

SERVIDOR	MOTIVO	PERÍODO	DIAS
ANGELA MARIA PEREIRA MOREIRA	Licença – saúde	28/8/2012	1
	Viagem a serviço	18 a 22/3/2013	5
ISABEL DE LOURDES ZEQUIN MENQUES	Curso – TRT	23 a 24/8/2012	2
	Viagem a serviço	28/11/2012	1
	Curso – TRT	4 a 8/3/2013	5
	Compensação – plantão	23/4/2013	1
KARINA CARANI VIEIRA NARDO	Licença médica – RGPS	1º/10/2012	1
	Licença médica – RGPS	2/10/2012	1
LUIZ ANTONIO ALBERTINI	Compensação – plantão	31/8/2012	1
	Compensação – plantão	12/11/2012	1
	Compensação – plantão	16/5/2013	1
NEIDE YAEKO NAKAZA	Licença à gestante	10/5 a 11/6/2012	33
	Prorrogação de licença à gestante	12/6 a 10/8/2012	60
	Compensação – plantão	8/2/2013	1
	Compensação – plantão	22/3/2013	1
PAULO CESAR REGINO DE OLIVEIRA	Compensação – plantão	3/8/2012	1
	Compensação – plantão	16 a 17/1/2013	2
	Licença – saúde	15/2/2013	1
PEDRO ALEIXO FILHO	Compensação – plantão	18/5/2012	1
	Compensação – plantão	7 a 8/3/2013	2
	Viagem a serviço	18 a 22/3/2013	5
RENATO HENRIQUE CORAZZA LUCIANO	Curso – TRT	28 a 29/5/2012	2
	Compensação – plantão	30/5/2012	1
	Compensação – plantão	20/7/2012	1
	Curso – TRT	4 a 8/3/2013	5
	Compensação - plantão	15/3/2013	1
RODRIGO PIRES RISTER	Licença-paternidade	4 a 8/4/2013	5
TOTAL DE			142

c) Estagiários (13/6/2013):

(fonte: Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
AMANDA GABRIELE GOBBO KUHN	CIEE	16/06/2013
FERNANDO GONCALVES MACHADO	CIEE	16/10/2012



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



CORREGEDORIA REGIONAL

d) Ações de capacitação – 2012 (metas 15 do CNJ e 30, 31 e 32 do TRT-15):

(fonte: Escola Judicial)

JUIZ TITULAR	HORAS
ALCIONE MARIA DOS SANTOS COSTA GONCALVES	96,5

(fonte: Seção de Capacitação de Servidores)

SERVIDORES	HORAS
ANGELA MARIA PEREIRA MOREIRA	8
ISABEL DE LOURDES ZEQUIN MENQUES	157,5
LUIZ ANTONIO ALBERTINI	360
NEIDE YAEKO NAKAZA	110
PAULO CESAR REGINO DE OLIVEIRA	360
PEDRO ALEIXO FILHO	168
RENATO HENRIQUE CORAZZA LUCIANO	376
RODRIGO PIRES RISTER	320

4 – QUADRO SINTÉTICO – FASES PROCESSUAIS (17/6/2013):

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	168
	Aguardando encerramento da instrução	243
	Aguardando prolação de sentença	175
	Aguardando cumprimento de acordo	323
	Solucionados pendentes de baixa na fase	482
	Subtotal	1.391
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de liquidação	120
	Liquidados pendentes de baixa na fase	162
	Subtotal	282
EXECUÇÃO	Pendentes de execução	1.610
	Encerrados pendentes de baixa na fase	353
	Subtotal	1.963
TOTAL		3.636

5 – INCIDENTES PROCESSUAIS – 11/5/2012 a 17/6/2013:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	ACERVO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de Declaração	26	115	129	12
Exceções de Incompetência	0	7	0	7
Antecipações de Tutela	6	3	9	0
Impugnações à Sentença de Liquidação	4	5	9	0
Embargos à Execução	34	40	53	21
Embargos à Arrematação	0	6	6	0
Embargos à Adjudicação	0	0	0	0
Exceções de Pré-executividade	13	9	22	0
TOTAIS	83	185	228	40



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**



CORREGEDORIA REGIONAL

6 – RECURSOS - 11/5/2012 a 17/6/2013:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	ACERVO	NOVOS	RECEBIDOS	NÃO RECEBIDOS	BAIXADOS (*)	PENDENTES
Recurso Ordinário	7	340	282	30	5	30
Recurso Adesivo	0	43	29	8	0	6
Agravo de Petição	17	323	291	21	12	16
Agravo de Instrumento	0	6	5	-	-	1
TOTAIS	24	712	607	59	17	53

(*) Acordo/desistência/fungibilidade.

7 – ORGANIZAÇÃO DA PAUTA DE AUDIÊNCIAS (2013):

(fonte: Vara do Trabalho)

TIPO	DIAS DA SEMANA EM QUE HÁ SESSÕES	TURNO (Manhã/Tarde)	MÉDIA DIÁRIA
INICIAL	2ª, 3ª, 4ª e 5ª	Manhã	4
UNA SUMARÍSSIMO	2ª, 3ª, 4ª e 5ª	Manhã	3
UNA ORDINÁRIO	-	-	-
INSTRUÇÃO	2ª, 3ª, 4ª e 5ª	Manhã	2
TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO EM EXECUÇÃO	2ª, 3ª, 4ª e 5ª	Manhã	3

8 – PRAZOS MÉDIOS:

(fonte: e-Gestão):

a) Conhecimento (10/5/2012 a 17/6/2013):

Do ajuizamento da ação até:		Qtde	Dias
a realização da 1ª audiência	Rito Sumaríssimo	398	55,39
	Exceto Rito Sumaríssimo	588	84,16
	Total/Média	986	69,77
o encerramento da instrução	Rito Sumaríssimo	407	98,03
	Exceto Rito Sumaríssimo	632	243,68
	Total/Média	1.039	170,85
a prolação da sentença	Rito Sumaríssimo	391	111,55
	Exceto Rito Sumaríssimo	549	256,50
	Total/Média	940	184,02



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



CORREGEDORIA REGIONAL

b) Fase de liquidação (11/5/2012 a 17/6/2013):

Fase de Liquidação		Qtde	Dias
Do início ao encerramento da liquidação	Rito Sumaríssimo	84	249,37
	Exceto Rito Sumaríssimo	247	269,05
	Total/Média	331	259,21

c) Fase de execução (11/5/2012 a 17/6/2013):

Do Início ao Encerramento da Execução	Qtde	Dias
Rito Sumaríssimo	204	1.475,85
Exceto Rito Sumaríssimo	431	3.324,90
Total/Média	635	2.400,75

d) Prazo médio global - 2011

(fonte: Ata de Correição Ordinária realizada no TRT da 15ª Região – 20 a 24/8/2012):

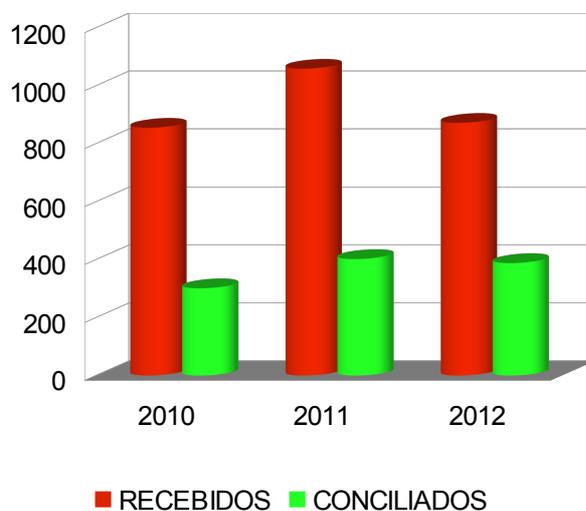
FASE	DIAS
Conhecimento	215
Execução	1.448

9 – MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

a) Índice de conciliações:

(fonte: e-Gestão)

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	ÍNDICE %
2010	855	301	35,20
2011	1.059	402	37,96
2012	872	388	44,49





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

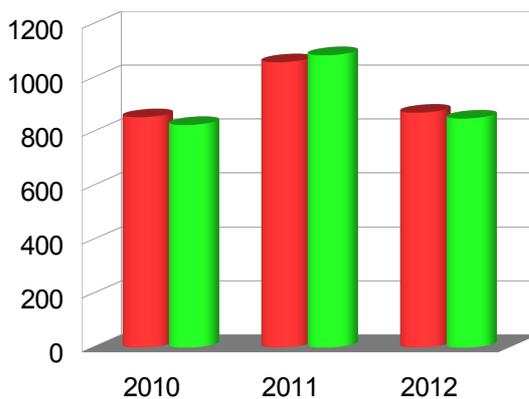


CORREGEDORIA REGIONAL

b) Índice de soluções:

(fonte: e-Gestão)

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	ÍNDICE %
2010	855	826	96,60
2011	1.059	1.085	102,45
2012	872	850	97,47

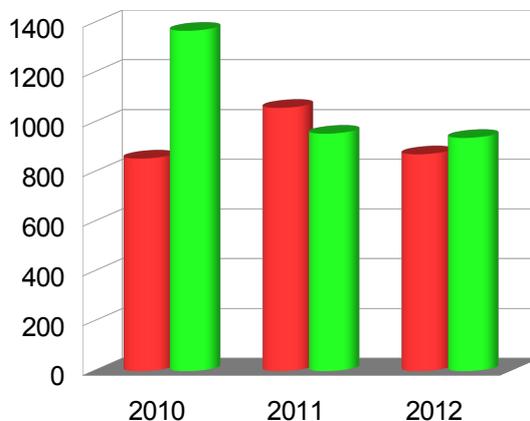


■ RECEBIDOS ■ SOLUCIONADOS

c) Índice de baixas:

(fonte: e-Gestão)

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	ÍNDICE %
2010	855	1.369	160,11
2011	1.059	955	90,17
2012	872	938	107,56



■ RECEBIDOS ■ BAIXADOS



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**



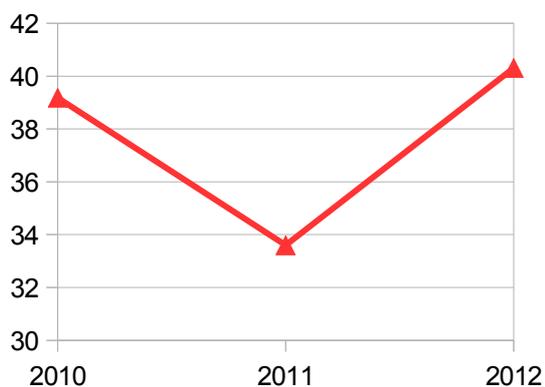
CORREGEDORIA REGIONAL

d) Índice de congestionamento (conhecimento):

(fonte: e-Gestão)

ANO	SOLUCIONADOS	ACERVO	NOVOS	RESULTADO %
2010	826	503	855	39,18
2011	1.085	575	1.059	33,60
2012	850	552	872	40,31

(razão de retenção entre os processos solucionados sobre o acervo mais processos novos em um dado período anual)



—▲— RESULTADO %

e) Processos sem tramitação (17/05/2013):

(fonte: SAP IG):

Quantidade	Data Mais Antiga
245	15/5/2012

f) Tramitação de processos (média do período de 1/ 03/2013 a 30/05/2013):

(fonte: SAP IG):

Tramitados	Média mensal
3.266	1.088,66

g) Acervo em meses (tempo estimado para que a unidade movimente todos os processos sem tramitação, na hipótese teórica de não haver casos novos):

Sem tramitação	Vazão mensal	Acervo (em meses)
245	1.088,66	0,22



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



CORREGEDORIA REGIONAL

10 – RELATÓRIO DE AUDIÊNCIAS – (11/5/2012 a 17/6/2013):

(fonte: SAP 1G):

Obs.: eventuais divergências podem decorrer do saneamento do banco de dados em virtude da implantação do e-Gestão.

a) ALCIONE MARIA DOS SANTOS COSTA GONÇALVES:

AUDIÊNCIAS	
TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO	182
JULGAMENTOS LANÇADOS EM PAUTA	46
HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO	26
INICIAL	421
RATIFICAÇÃO DE ACORDO	13
SOLUÇÃO SEM AUDIÊNCIA	240
INSTRUÇÃO	229
JULGAMENTO	3
LANÇAMENTOS PARA ESTATÍSTICA	16
UNA RITO ORDINÁRIO	13
UNA RITO SUMARÍSSIMO	312
TOTAL	1.501

b) ANTÔNIO CARLOS CAVALCANTE DE OLIVEIRA:

AUDIÊNCIAS	
TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO	2
INICIAL	6
SOLUÇÃO SEM AUDIÊNCIA	3
INSTRUÇÃO	4
JULGAMENTO	1
UNA RITO SUMARÍSSIMO	5
TOTAL	21

c) ROSANA NUBIATO LEÃO:

AUDIÊNCIAS	
TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO	11
HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO	2
INICIAL	41
SOLUÇÃO SEM AUDIÊNCIA	4
INSTRUÇÃO	15
UNA RITO SUMARÍSSIMO	38
TOTAL	111

d) SANDRO VALERIO BODO:

AUDIÊNCIAS	
SOLUÇÃO SEM AUDIÊNCIA	12
TOTAL	12



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



CORREGEDORIA REGIONAL

e) SIDNEY XAVIER ROVIDA:

AUDIÊNCIAS	
TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO	4
INICIAL	3
SOLUÇÃO SEM AUDIÊNCIA	1
INSTRUÇÃO	3
JULGAMENTO	4
UNA RITO SUMARÍSSIMO	4
TOTAL	19

f) SUZELINE LONGHI NUNES DE OLIVEIRA:

AUDIÊNCIAS	
TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO	2
LANÇAMENTOS PARA ESTATÍSTICA	1
JULGAMENTOS LANÇADOS EM PAUTA	23
HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO	1
INICIAL	30
SOLUÇÃO SEM AUDIÊNCIA	43
INSTRUÇÃO	17
OUTRAS AUDIÊNCIAS	2
UNA RITO SUMARÍSSIMO	15
TOTAL	134

g) VANESSA MARIA SAMPAIO LOPES VILLANOVA:

AUDIÊNCIAS	
SOLUÇÃO SEM AUDIÊNCIA	27
ESCLARECIMENTOS	1
HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO	1
INICIAL	55
INSTRUÇÃO	69
JULGAMENTO	5
JULGAMENTOS LANÇADOS EM PAUTA	15
TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO	6
UNA RITO ORDINÁRIO	11
UNA RITO SUMARÍSSIMO	42
TOTAL	232



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**



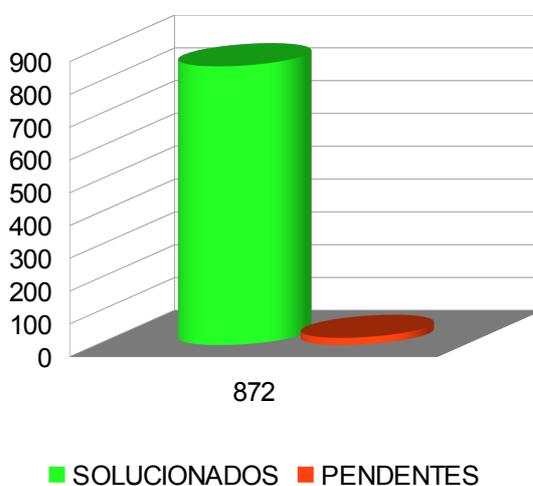
CORREGEDORIA REGIONAL

11 - METAS – CNJ E PLANO ESTRATÉGICO DO TRT/15:

(fonte SAP 1G e e-Gestão)

a) Meta 1 do CNJ – 2012 (*julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2012*):

RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	PENDENTES	GRAU DE CUMPRIMENTO %
872	850	22	97,47



b) Meta 1 do CNJ – 2013 (*julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2013*):

RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	PENDENTES	GRAU DE CUMPRIMENTO %
483	452	31	93,58

(*) até 17/6/2013.





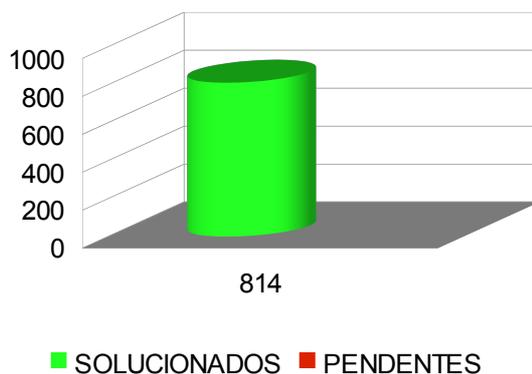
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



CORREGEDORIA REGIONAL

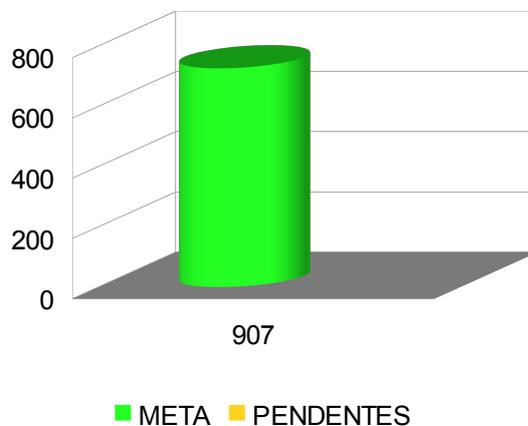
c) Meta 2 do CNJ – 2012 (julgar até 80% dos processos distribuídos no ano de 2008):

RECEBIDOS	META	SOLUCIONADOS	PENDENTES	GRAU DE CUMPRIMENTO %
814	651	811	0	100



d) Meta 2 do CNJ – 2013 (julgar, até 31/12/2013, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2009):

RECEBIDOS	META	JULGADOS	PENDENTES	GRAU DE CUMPRIMENTO %
907	726	901	0	100





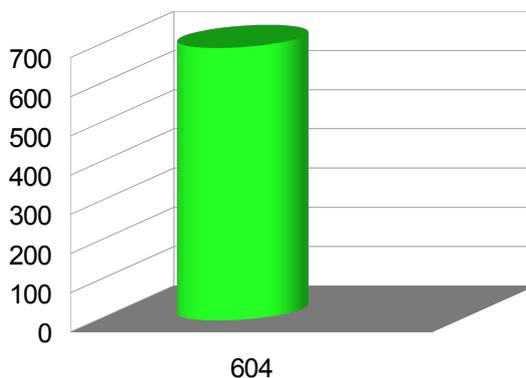
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



CORREGEDORIA REGIONAL

e) Meta 13 do CNJ – 2013 – EXECUÇÃO (aumentar em 15% o quantitativo de execuções encerradas em 2011) :

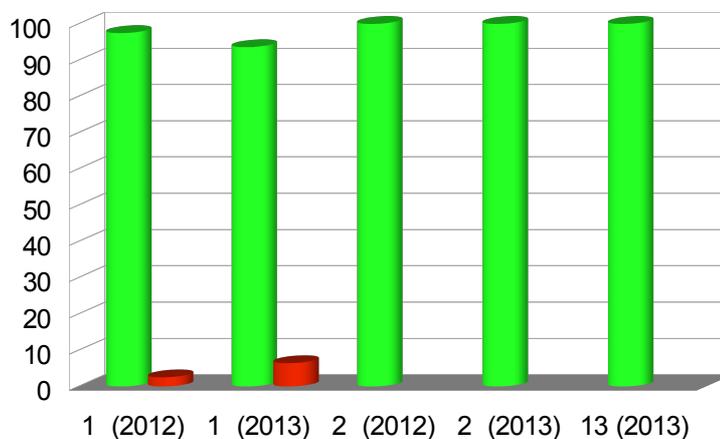
ENCERRADAS EM 2011	META	ENCERRADAS EM 2012	PENDENTES	GRAU DE CUMPRIMENTO %
604	695	826	0	100



■ META ■ PENDENTES

f) Comparativo – metas do CNJ:

META	CUMPRIMENTO (%)	PENDÊNCIA (%)
1 (2012)	97,47	2,53
1 (2013)	93,58	6,42
2 (2012)	100	0
2 (2013)	100	0
13 (2013)	100	0



■ CUMPRIMENTO (%) ■ PENDÊNCIA (%)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



CORREGEDORIA REGIONAL

g) Meta 7 do PLANO ESTRATÉGICO DO TRT/15 – 2013 (baixar para 5% o índice de processos antigos no 1º grau – protocolo anterior a 2 anos):

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	SALDO
2006	756	756	0
2007	954	953	1
2008	814	811	3
2009	907	901	6
2010	855	845	10
2011 (até 17/6/2011)	491	468	23
TOTAL	4.777	4.734	43
ÍNDICE ALCANÇADO	0,99		
GRAU DE CUMPRIMENTO	100%		

h) Meta 17 do PLANO ESTRATÉGICO DO TRT/15 – 2013 (reduzir para 55% a taxa de congestionamento na fase de execução):

BAIXADOS	ACERVO	INICIADOS	RESULTADO %
367	1.528	1.020	85,60

(razão de retenção entre os processos baixados sobre o acervo mais processos iniciados em um dado período anual)

12 – PENDÊNCIAS – 17/6/2013:

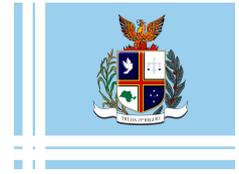
(fonte: SAP 1G e e-Gestão):

	NATUREZA	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
CARGAS VENCIDAS	Advogados	6	18/2/2013
	Peritos	5	6/5/2013
	Procuradores Públicos	0	--
BACENJUD		18	
BNDT		395	
CNPJ		9	

13 – ARRECADAÇÃO – 10/5/2012 a 17/6/2013:

(fonte e-Gestão)

CUSTAS	IMPOSTO DE RENDA	EMOLUMENTOS	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 94.240,25	R\$ 12.404,93	R\$ 482,81	R\$ 959.857,81



CORREGEDORIA REGIONAL

14 – DETERMINAÇÕES DA CORREIÇÃO ANTERIOR (item 18.2 da ata):

Cumpridas.

15 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 18 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):

Com base nos autos analisados, verificou-se que o Juízo:

▶ não se pronuncia acerca da admissibilidade dos recursos (conforme processos nº 743-66.2010, 810-27.2010 e 883-96.2012). Determina-se que proceda a referido pronunciamento, com fulcro no inciso I do art. 18 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;

▶ registra no sistema SAPIG os atos processuais relevantes;

▶ faz uso das ferramentas eletrônicas BACENJUD (994 protocolos entre junho /2012 e maio/2013), RENAJUD , INFOJUD e demais convênios (conforme processos nº 164-85.2010, 356-18.2010 e 34600-75.2007);

▶ não procede à imediata liberação do depósito recursal por ocasião da sentença de liquidação (conforme processos nº 97700-67.2008, 67400-59.2007, 42-38.2011 e 727-45.2011). Determina-se que promova a referida liberação, quando cabível, com fulcro na alínea “d” do inciso V do art. 18 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;

▶ determina a citação dos sócios quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada (conforme processos nº 1218-52.2011, 441-67.2011 e 164-85.2010).

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos magistrados, pauta de audiências e principais prazos) encontram-se registrados nos itens 7, 8 e 10.

16 - RECOMENDAÇÕES:

▶ controle direto na tramitação dos processos das metas do CNJ e do Plano Estratégico do TRT, assim como a implantação do sistema de autuação integrada com a 2ª instância, se for o caso;

▶ observância às regulamentações da Lei 11.788/2008, aos Atos Regulamentares nºs 1 e 5/2009; ao Comunicado da Presidência nº 18/2012, assim como à Recomendação GP nº 2/2013, no que pertine aos estagiários;

▶ encaminhamento de cópia de sentenças que reconheçam conduta culposa do empregador em



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



CORREGEDORIA REGIONAL

acidente de trabalho para a respectiva unidade da Procuradoria Geral Federal, nos termos do Ofício Circular TST.GP nº 615/2012, de 18.5.2012 e da Recomendação Conjunta GP.CGJT 2/2011;

▶ consulta prévia ao sítio do E. TST (emissão de CNDT) quando da liberação de valores sobejantes ao executado, no caso de não existirem na unidade outras execuções em curso, para disponibilização de numerário a outras unidades;

▶ prioridade na utilização do malote digital, correio eletrônico, canais DIRETOR e o mensageiro instantâneo PSI, em detrimento do uso de telefone, para redução dos gastos com telefonia e papel;

▶ exposição da Bandeira do Tribunal (aprovada pelo Tribunal Pleno na Sessão Ordinária de 2/10/2003 – Processo VP nº 12/2003), na sala de audiências, do lado esquerdo da bandeira do Brasil.

17 – DETERMINAÇÕES:

a) À Juíza Titular que:

▶ envie os melhores esforços para a redução dos 175 processos “aguardando prolação de sentença” na Unidade (quadro sintético – item 4) e julgue os 119 processos com instrução encerrada e pendente de prolação de sentença com prazo vencido, conforme informação extraída no SAP1G em 27/6/2013.

b) Aos Juízes (Titular, Substituto e Auxiliar) que:

▶ na qualidade de Corregedores Permanentes da Vara do Trabalho, acompanhem o movimento diário dos serviços da Unidade Judiciária por meio de relatórios extraídos do Sistema SAP1G e e-Gestão, visando à efetividade da prestação jurisdicional com otimização das rotinas de trabalhos;

▶ priorizem a redução dos prazos médios no rito sumaríssimo, assim como no ordinário, estabelecendo como meta o prazo máximo de 15 (quinze) dias para a apreciação dos processos do rito sumaríssimo, conforme determina o inciso III do art. 852-B da CLT;

▶ envidem os melhores esforços para significativa redução do prazo médio nas execuções, com a maior brevidade possível, para que possa a unidade se aproximar do quantitativo médio de 527 dias, conforme recomendação do Exmo. Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho (Ata de Correição Ordinária – 20 a 24/8/2012);



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



CORREGEDORIA REGIONAL

▶ desenvolvam, na hipótese de designação de auxílio fixo, trabalho que importe acréscimo quantitativo de processos instruídos e julgados, somando e não dividindo entre si as funções judicantes, principalmente na fase de execução, igualmente como recomendado pelo Exmo. Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho (fonte citada);

▶ apenas efetivem a ordem de inclusão da parte executada no BNDT após a realização de pesquisa junto ao Sistema BACENJUD, conforme estabelecido no § 1º-A do art. 1º da Resolução Administrativa nº 1470/2011 do TST.

b) À Diretora de Secretaria que:

▶ promova o saneamento das inconsistências e atrasos dos processos constantes dos relatórios de “processos sem tramitação”;

▶ cobre/mantenha a cobrança de cargas vencidas com a fixação de prazo para a devolução dos autos, fixando-se cominações;

▶ cumpra sempre os despachos em única etapa;

▶ observe as Recomendações GP-CR nºs 1/2011, 2/2011, 3/2011, 4/2012, 5/2012, 6/2012 e 1/2013, dos Comunicados GP-CR nºs 23/2011, 57/2011, 75/2011, 86/2011, 107/2011, 110/2011, 121/2011, 11/2012, 29/2012, 31/2012, 40/2012, 42/2012, 44/2012, 66/2012 e 68/2012 do Comunicado DGCA nº 32/2012, do Comunicado GP nº 15/2012, 37/2012, das Portarias GP-VPJ-CR nº 2/2012 e GP-VPJ-CR nº 7/2012, todos do TRT 15ª Região;

▶ tramite imediatamente os processos pendentes de prolação de sentença e análise de incidentes processuais (Comunicado GP/CR nº 31/2012, de 25/4/2012);

▶ saneie ou mantenha regularizado o banco de dados do BNDT, assim como o do Sistema e-Gestão;

▶ remeta os autos conclusos no prazo de 24 horas (inciso I do artigo 190 do CPC) após concluída a juntada das petições e outros expedientes que devam ser despachados (art. 712 da CLT), ressalvada a hipótese do § 4º do art. 162 do CPC;

▶ dê andamento aos feitos abaixo listados, com as providências a seguir relacionadas:

PROCESSOS	PROVIDÊNCIA(S)
34000-40.1996	Em 12/6/2013 foi lançada a ocorrência “prazo para terceiro – apresentação de documentos”, a vencer-se em 17/6/2013. Entretanto, não há qualquer determinação judicial para que terceiro



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



CORREGEDORIA REGIONAL

	<p>apresente documentos. Ademais, frise-se que o feito encontra-se com prazo vencido em 5/6/2013 para apresentação de contraminuta pela reclamada. Note-se que o setor de destino lançado no SAPIG é “revisão para remessa ao TRT”.</p> <p>Em consulta ao SAPIG (27/6/2013), verificou-se a existência de outros 22 processos na mesma situação.</p> <p>Determina-se à Secretaria que se abstenha de promover lançamentos no sistema que não reflitam a real situação do processo. Determina-se, ainda, a imediata remessa dos autos ao TRT, inclusive em relação a todos os demais casos em situação análoga.</p>
294-75.2010	<p>Em 26/6/2013 foi lançada a ocorrência “prazo para terceiro – apresentação de documentos”, a vencer-se em 11/7/2013. Entretanto, não há qualquer determinação judicial para que terceiro apresente documentos. Há, sim, determinação para liberação de valores, conforme despacho proferido em 17/5/2013 (fls. 262).</p> <p>Determina-se à Secretaria que se abstenha de promover lançamentos no sistema que não reflitam a real situação do processo. Determina-se, ainda, que os autos sejam levados à conclusão com urgência, com vistas à imediata liberação de valores aos credores.</p>
383-64.2011	<p>Em 11/6/2013 foi lançada a ocorrência “prazo para terceiro – apresentação de documentos”, a vencer-se em 11/7/2013. Entretanto, não há qualquer determinação judicial para que terceiro apresente documentos. O processo, na realidade, encontra-se em fase de liquidação provisória, com prazo para apresentação/impugnação aos cálculos vencido. Na mesma situação, relaciona-se o processo nº 101-89.2012.</p> <p>Determina-se à Secretaria que se abstenha de promover lançamentos no sistema que não reflitam a real situação do processo. Determina-se, ainda, o lançamento da ocorrência LQP (liquidação provisória), e que os autos sejam levados à conclusão com urgência, com o posterior lançamento da ocorrência RCT (recebidos pela contadoria), inclusive aquele em situação análoga.</p>
421-42.2012	<p>Há movimento “51 – conclusos para julgamento” em aberto (13/8/2012) no e-gestão. Entretanto, a instrução processual não foi encerrada, uma vez que há audiência de instrução designada. O despacho proferido em 19/4/2013, que determinou a especificação de provas pelas partes, não foi associado ao movimento 50086 (encerramento da conclusão para julgamento), de forma que o movimento 51 permanece pendente no e-gestão.</p> <p>Determina-se à Secretaria a regularização no banco de dados.</p>
344-33.2012	<p>Em 19/6/2013 foi lançada a ocorrência “prazo para terceiro – apresentação de documentos”, a vencer-se em 15/7/2013. Entretanto, não há qualquer determinação judicial para que terceiro apresente documentos. Há embargos de declaração, opostos em 17/10/2012, ainda pendentes de julgamento, com movimento 51 aberto em 24/10/2012 e 22/11/2012, vinculados a magistrados diversos.</p> <p>Determina-se à Secretaria que se abstenha de promover lançamentos no sistema que não reflitam a real situação do processo. Determina-se, ainda, que os autos sejam imediatamente remetidos ao magistrado vinculado ao julgamento dos embargos.</p>
1040-69.2012	<p>Apesar de certificado o vencimento do prazo de apresentação de contrarrazões (fls. 80/v) em 19/6/2013, na mesma data, foi lançada (com o prazo já vencido) novamente a ocorrência “prazo para contrarrazões”, desta vez a vencer-se em 12/7/2013.</p> <p>Em consulta ao SAPIG (27/6/2013), verificou-se a existência de outros 5 processos em situação análoga.</p> <p>Determina-se à Secretaria que se abstenha de promover lançamentos no sistema que não reflitam a real situação do processo, especialmente o lançamento de prazos sucessivos, em duplicidade, de forma a retardar a efetiva remessa dos autos ao TRT. Determina-se, ainda, que os autos sejam remetidos ao TRT com urgência, inclusive aqueles em situação análoga.</p>
640-55.2012	<p>Há movimento 51 aberto em 8/10/2012, sem o lançamento da solução correspondente. Ainda, em 4/6/2013 foi lançada indevidamente a ocorrência “prazo para terceiro – apresentação de documentos”, a vencer-se em 4/7/2013. Entretanto, não há qualquer determinação judicial para que terceiro apresente documentos. Ademais, frise-se que o feito encontra-se com prazo vencido para apresentação de contrarrazões, no setor de destino “revisão para remessa ao TRT”.</p>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



CORREGEDORIA REGIONAL

	Determina-se à Secretaria a regularização do movimento 51 em aberto, com o lançamento da solução pertinente, e que se abstenha de promover lançamentos no sistema que não reflitam a real situação do processo. Determina-se, ainda, a imediata remessa dos autos ao TRT. Consta-se remessa ao TRT para o dia 2/7/2013.
684-74.2012	Há movimento “51 – conclusos para julgamento” em aberto (25/12/2012) no e-gestão. Entretanto, a instrução processual não foi encerrada, conforme despacho proferido em 25/3/2013, que determinou a especificação de provas pelas partes. O referido despacho não foi associado ao movimento 50086 (encerramento da conclusão para julgamento), de forma que o movimento 51 permanece pendente no e-gestão. Determina-se à Secretaria a regularização no banco de dados. Ainda, verifica-se que em 19/6/2013 foi lançada a ocorrência “prazo para terceiro – apresentação de documentos”, a vencer-se em 15/7/2013. Entretanto, não há qualquer determinação judicial para que terceiro apresente documentos. Determina-se à Secretaria que se abstenha de promover lançamentos no sistema que não reflitam a real situação do processo. Determina-se, ainda, a imediata conclusão dos autos para deliberações quanto ao prosseguimento e encerramento da instrução, se for o caso.
711-57.2012	A ocorrência cadastrada no sistema (“prazo para terceiro – apresentação de documentos”) mais uma vez não condiz com a real situação do processo, uma vez que não há qualquer determinação judicial neste sentido. Ademais, foi aberto movimento 51 em 7/2/2013 (decisão de embargos de declaração), que está encartado às fls. 225/227 dos autos sem a devida apreciação até a presente data. Determina-se a imediata conclusão dos autos para apreciação dos referidos embargos de declaração a fim de prosseguimento do feito.
815-49.2012	No prazo para cumprimento de acordo – reclamante. Entretanto, a ocorrência correta é “prazo – suspensão para cumprimento de acordo não homologado”, nos termos da ata da audiência realizada em 24/4/2013. Determina-se a regularização, com o lançamento da ocorrência correta no sistema, a fim de refletir a real situação do processo e assegurar a transparência dos atos processuais.
116500-61.1999	O prazo para apresentação de contraminuta findou-se em 20/5/2013. Em 20/6/2013, com o prazo já vencido, foi lançada novamente a ocorrência “prazo para contraminuta”, desta vez a vencer-se em 19/7/2013. Em consulta ao SAP1G (27/6/2013), verificou-se a existência de outros 13 processos em situação análoga. Determina-se à Secretaria que se abstenha de promover lançamentos no sistema que não reflitam a real situação do processo, especialmente o lançamento de prazos sucessivos, em duplicidade, de forma a retardar a efetiva remessa dos autos ao TRT. Determina-se, ainda, que os autos sejam remetidos ao TRT com urgência, inclusive aqueles em situação análoga. Consta-se que remessa ao TRT para o dia 2/7/2013.
888-21.2012	Há movimento “51 – conclusos para julgamento” em aberto (9/5/2013) no e-gestão. Entretanto, a instrução processual não foi encerrada, conforme despacho proferido em 16/5/2013. O referido despacho não foi associado ao movimento 50086 (encerramento da conclusão para julgamento), de forma que o movimento 51 permanece pendente no e-gestão. Determina-se à Secretaria a regularização no banco de dados.
963-60.2012	Há movimento “51 – conclusos para julgamento” em aberto (2/4/2013) no e-gestão. Entretanto, a instrução processual não foi encerrada, uma vez que há prazo em aberto para especificação de provas. Determina-se à Secretaria a regularização no banco de dados.
1053-68.2012	Há movimento “51 – conclusos para julgamento” em aberto (26/2/2013) no e-gestão, uma vez que não foi lançada a solução referente ao acordo homologado. Determina-se à Secretaria o lançamento da solução pertinente no SAP1G.
859-39.1010	Prazo para entrega do laudo pericial contábil vencido. Em consulta ao SAP1G (27/6/2013) verificou-se a existência de outros 2 processos na mesma situação. Determina-se a certificação do vencimento do prazo, assim como a conclusão dos autos para deliberações quanto ao prosseguimento e a verificação da necessidade de se nomear novo perito, inclusive nos casos em situação análoga.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



CORREGEDORIA REGIONAL

107600-11.2007	<p>No prazo para apresentação de documentos por terceiro. Há movimento “51 – conclusos para julgamento” em aberto desde 4/9/2012, vinculado à juíza Alcione Maria dos Santos Costa Gonçalves, que declinou da atribuição, conforme despacho proferido em 26/3/2013.</p> <p>O prazo lançado no sistema não condiz com a real situação do processo, uma vez que não há qualquer determinação judicial que o justifique.</p> <p>Determina-se à Secretaria que se abstenha de promover lançamentos no sistema que não reflitam a real situação do processo, e que os autos sejam imediatamente remetidos à magistrada responsável pelo julgamento.</p>
554-55.2010	<p>Em 25/6/2013 foi lançada a ocorrência “prazo para União - apresentação de documentos”, a vencer-se em 23/9/2013. Entretanto, não há qualquer determinação judicial neste sentido.</p> <p>Constata-se que em 1º/7/2013 foi lançado andamento processual (PZO – prazo para praça/leilão), consoante a atual situação processual.</p> <p>Em consulta ao SAPIG (27/6/2013), verificou-se a existência de outros 14 processos em situação análoga.</p> <p>Determina-se à Secretaria que se abstenha de promover lançamentos no sistema que não reflitam a real situação do processo, e que seja dado efetivo andamento ao feito, cumprindo-se a determinação exarada em 19/6/2013.</p>
217-95.2012	<p>Em 17/6/2013 foi lançada a ocorrência “prazo para terceiro – apresentação de documentos”, a vencer-se em 28/6/2013. Entretanto, não há qualquer determinação judicial para que terceiro apresente documentos. O processo, na realidade, encontra-se em fase de homologação de cálculos (sentença líquida).</p> <p>Determina-se à Secretaria que se abstenha de promover lançamentos no sistema que não reflitam a real situação do processo. Determina-se, ainda, a regularização das fases processuais no SAPIG, com o lançamento das ocorrências TRA e LIQ, e a posterior remessa dos autos ao calculista, com o lançamento da ocorrência RCT (recebidos pela contadoria).</p>
61000-49.1995	<p>Apesar de certificado o vencimento do prazo para contraminuta (fls. 304/v) em 12/6/2013, na mesma data foi lançada a ocorrência “prazo para União - apresentação de contraminuta”, a vencer-se em 10/7/2013. Entretanto, não há qualquer determinação judicial neste sentido.</p> <p>Em consulta ao SAPIG (27/6/2013), verificou-se a existência de outros 24 processos em situação análoga.</p> <p>Determina-se à Secretaria que se abstenha de promover lançamentos no sistema que não reflitam a real situação do processo. Determina-se, ainda, a imediata remessa dos autos ao TRT.</p>
874-37.2012	<p>Em 20/6/2013 foi lançada a ocorrência “prazo para terceiro – apresentação de documentos”, a vencer-se em 5/7/2013. Entretanto, não há qualquer determinação judicial para que terceiro apresente documentos.</p> <p>Constata-se que em 27/6/2013 foi lançado andamento processual (PZO – às partes apresentarem razões finais) consoante a atual situação processual.</p> <p>Determina-se à Secretaria que se abstenha de promover lançamentos no sistema que não reflitam a real situação do processo. Determina-se, ainda, a certificação do vencimento do prazo para manifestação sobre o laudo pericial e especificação de provas, e a conclusão dos autos para deliberações quanto ao prosseguimento e encerramento da instrução, se for o caso.</p>
53700-02.1996	<p>Apesar de certificado o vencimento do prazo de contraminuta (fls. 232/v) em 28/6/2013, na mesma data, houve novo lançamento de prazo para contraminuta no sistema, desta vez a vencer-se em 12/7/2013. Em consulta ao SAPIG (27/6/2013) verificou-se a existência de outros 29 processos em situação análoga.</p> <p>Determina-se à Secretaria que se abstenha de promover lançamentos no sistema que não reflitam a real situação do processo e que se utilizem do método concentrado de trabalho, promovendo a efetiva remessa dos autos ao TRT após o vencimento do prazo. Determina-se, ainda, a certificação do vencimento do prazo e a remessa dos autos ao E. TRT, inclusive em relação aos demais casos em situação análoga.</p>
380-63.2008	<p>No prazo para interposição de recurso, vencido em 3/6/2013. Em consulta ao SAPIG (27/6/2013) verificou-se a existência de outros 12 processos na mesma situação.</p> <p>Determina-se à Secretaria a certificação do vencimento de prazo, o lançamento da ocorrência</p>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



CORREGEDORIA REGIONAL

	“TRA”, se for o caso, e a conclusão dos autos para deliberações quanto ao prosseguimento, inclusive nos casos em situação análoga.
299-63.2011	O feito está na fase de execução (nível 1), sem registro de quaisquer atos no BNDT (situação “pendente”). Em consulta ao SAPIG (27/6/2013, verificou-se a existência de outros 391 processos na mesma situação. Determina-se a regularização.
733-18.2012	Processo com ocorrência de nível 1 cadastrada como HMA (homologação de acordo). Entretanto, houve denúncia de descumprimento do acordo e não foi lançada a ocorrência EXE (execução). Determina-se a regularização, com a necessária inclusão do devedor no cadastro do BNDT.

18 – ATENDIMENTOS:

Não houve atendimentos.

19 - OBSERVAÇÕES GERAIS:

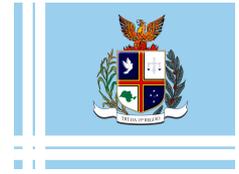
a) Foi informado pela Juíza Titular ALCIONE MARIA DOS SANTOS COSTA GONÇALVES que reside na sede da jurisdição da Unidade.

b) Foi informado pela Diretora de Secretaria que:

- ▶ há Portarias em vigor editadas nesta Unidade (1/2000, 3/2000 e 2/2004);
- ▶ não existem autos de processos extraviados, assim como determinação de conclusão sem cumprimento ou processos com autuação pendente;
- ▶ não possui sob sua subordinação e não está subordinado a servidor aprovado em concurso público ou não, ocupante de cargo de chefia, direção ou assessoramento ou, ainda, a Magistrado que seja seu cônjuge, companheira ou parente natural e civil, na linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, e parente por afinidade, na linha reta ou colateral, alcançando ainda o parente colateral de terceiro grau do cônjuge ou companheiro;
- ▶ os serviços terceirizados são utilizados exclusivamente nas funções em que foram contratados;
- ▶ o edital de correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foi expedido ofício à OAB local;
- ▶ os livros de ponto de servidores, de carga de advogados e peritos, de carga para Juizes, de carga para extração de cópias, assim como o de posse e exercício de servidores estão de acordo com as normas deste Regional.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**



CORREGEDORIA REGIONAL

20 – ENCERRAMENTO:

Às 12h30 do dia 2 do mês de julho de 2013 encerraram-se os trabalhos, e eu, _____ Norton Luiz Bechtluft, Coordenador de Apoio ao Corregedor Regional, lavrei a presente ata, que depois de lida, vai assinada pelos Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional e MM. Juíza Titular da Vara do Trabalho.

**DESEMBARGADOR EDUARDO BENEDITO DE OLIVEIRA ZANELLA
CORREGEDOR REGIONAL DO TRT DA 15ª REGIÃO**

JUÍZA TITULAR DE VARA DO TRABALHO